

A TINTA NÃO É PERMANENTE (Filologia e Arquivística)

IVO CASTRO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Abstract – Fountain pens – Montblanc or others – promise texts a more extended span of life than other writing tools. Texts crafted by chalk, pencil, ballpoint or felt, even by digital means, are not assured of a similar durability; although for different reasons, the same could be said of those inlaid in digital machines. But nothing, not even ink texts, is assured of lasting permanently. Troves of long-living manuscripts abound in our archives and libraries, especially since scholars’ taste evolved from the preference for the ‘optimi’ to a wider range of functions and meanings discovered in manuscripts which, until Goethe, were meant to be discarded and replaced by their fair-copies. Archives now keep not only the final form of the text, the ‘imprimandum’, but also the drafts where inceptive notions, aborted trials, mistakes and misgivings, even sudden inspirations, lurk in wait to tell the tale of the writing process, including crucially what the writer intended us not to read. Without archives and libraries full of such ancillary, but well-inked, manuscripts the kind of research that goes by the name of ‘critique génétique’ probably would not have raised its head. To show how fruitful the alliance between archival endeavour and modern philology can be, even for the study of non-literary texts, a chapter of Leite de Vasconcelos’ *Esquisse d’une Dialectologie Portugaise* is scanned in its five successive writing stages.

Keywords: Textual Criticism; Author Archive; History of Portuguese Linguistics; Leite de Vasconcelos; Brazil.

1.

O nosso imaginário confere às formas de comunicação que são escritas uma brutal primazia sobre as orais. A língua que é escrita, apesar de todas as evidências razoáveis que possamos aduzir, é sentida como mais forte que a língua falada. O texto escrito tem mais poder moral e executivo que o texto oral. A mudança da ortografia implica – segundo dizem, sem a menor verdade – a mudança da língua. Moisés precisou de tábuas escritas para convencer o seu povo a aceitar os mandamentos que estava encarregado de transmitir. No final do contrato, a cruz traçada por um iletrado é garantia mais vinculativa do que a palavra dada e o aperto de mão cuspidor. Quando os poemas homéricos foram reduzidos a escrito, todos se sentiram mais tranquilos, salvo alguns rapsodos que ficaram sem ocupação.

A partir deste ponto de puro totalitarismo cultural, desenvolve-se um encadeamento de factos e consequências que o prolongam e amplificam: assim como o escrito é tido por superior ao oral, também o impresso se pretende mais poderoso que o manuscrito (pense-se em expressões como *dito em letra de forma* ou *dito preto no branco*, em que imagens da tipografia são postas ao serviço da verificação, da reiteração da verdade). O advento da galáxia de Gutenberg trouxe alguns efeitos visíveis: são reconhecidos sem dificuldade os efeitos da imprensa na difusão de textos, na ampliação do mercado de leitores, de alfabetizadores, de normatizadores gramaticais e metalinguísticos, no relevo da personagem do *autor* e, perto do romantismo, na ficcionalização do autor como criador não só das obras, mas também dos rascunhos dessas obras. Menos visível é a vida que o manuscrito, em vez de se dar como civilizacionalmente superado pelo livro tipográfico, continuou a ter em círculos restritos, abrigados tanto da censura como das tendências dominantes, permitindo a circulação de cópias volantes que interessavam a grupos, mas não podiam concorrer aos processos muito politizados da publicação tipográfica. Do autor interessa pouco o seu destino pavimentado de glória, que o levará sucessivamente de génio incompreendido a intérprete da consciência social, depois a celebridade mediática e por fim a empresário do seu negócio. Mais nos deve interessar o rasto dos manuscritos que ele foi deixando pelo caminho, provas superadas do seu génio criador, que colecionadores vão resgatando, a pensar em casas-museu ou na lucrativa venda de relíquias. Mas que podem ter existência mais nobre como objectos de ciência.

Ao texto manuscrito e ao impresso não faltam propriedades em comum: o seu corpo físico pode ser replicado por cópia, transportado para espaços distantes, conservado até tempos ainda mais distantes. Esse corpo é menos frágil do que se imagina, desde que seja protegido da fatídica temperatura de 233 graus centígrados e mais ainda de ideólogos intolerantes, que causam estragos a qualquer temperatura. A multiplicação e a longa vida das cópias colocou historicamente o problema do seu armazenamento em condições duradouras. A resposta tradicional tem sido a edificação de bibliotecas e arquivos, de incerta perenidade. A mais recente resposta consiste no armazenamento virtual de cópias desmaterializadas; há de ter os seus defeitos, mas até mais ver aparenta dar uma maior permanência aos suportes escritos, acomodados em depósitos ilimitados. Mas a reconversão digital para esses novos suportes dos livros e documentos físicos que a humanidade foi acumulando não poderá ser feita de modo universal nem instantâneo. Muitos arquivos de pequena dimensão, periféricos, pobres de documentos ilustres (ou ignorantes de que os possuem), jamais serão reconvertidos. São esses os mais necessitados dos cuidados imediatos de pesquisadores pacientes e discretos: a identificação desses arquivos, com

inventário do seu recheio, recensão das suas preciosidades, descrição dos suportes materiais e, se possível, a sua transcrição e valorização cultural são operações que nenhuma máquina pode realizar e os arquivistas substituem por abordagens estatísticas e tipológicas. São operações para filólogo.

A destruição a que estão prometidos papéis e livros, nobres e pobres, pode ser minorada pela reprodução de réplicas depositadas disseminadamente. E ainda por minuciosas inventariações e descrições da condição física dos suportes textuais e a reconstituição das condições históricas (incluindo identificação de agentes e dinâmica dos gestos de escrita) em que tiveram origem. E ainda pela reconstituição e inventário das redes documentais a que cada suporte eventualmente pertença. As informações que essas operações permitem coligir serão preciosas no caso de uma desgraça, para possíveis reconstruções do passado perdido ou, pelo menos, para sucedâneos narrativos do que não se poderá recuperar.

2.

Nesta linha de trabalho filológico em arquivo, que de moderno nada tem, falarei de uma experiência que ultimamente me ocupa. A metodologia é a da filologia genética, que tenho aplicado a espólios literários, o que não é exactamente o caso presente. Trata-se aqui de um espólio científico, formado por documentos reunidos ou produzidos por José Leite de Vasconcelos, uma personagem central da cultura portuguesa dos finais do séc. XIX e metade do XX, um dos mais internacionais cientistas portugueses, especialista em tantas disciplinas (filologia românica, arqueologia, etnografia, história literária, etc.) que o melhor é tratá-lo por “o Sábio”, como era conhecido no seu bairro de Lisboa. À pluralidade dos seus saberes adicionava-se o zelo de guardar ordenadamente todos os papéis que escreveu ou adquiriu, e de reaproveitar para futuro uso papéis próprios e alheios que tinham cumprido sua função, e nós destinaríamos ao cesto que temos debaixo da mesa (envelopes recebidos, cartões de convite, margens de jornais e catálogos, provas tipográficas, facturas comerciais, etc.). Esta superabundância permite ao pesquisador dispor cronologicamente os ínfimos bilhetes em que uma ideia foi apressadamente apontada, as notas de leitura que depois a ampliaram, os esboços de redacção que lhe deram corpo textual, as provas tipográficas em que a redacção continuou seu caminho e, na obra finalmente impressa, as páginas anotadas com emendas e sugestões para pesquisa futura e novo ciclo de escrita. Como se adivinha, este é um panorama de sonho para o filólogo geneticista, que encontra grande parte da sua missão antecipada pelo próprio autor: apesar do meu grato tirocínio pessoano, tenho de reconhecer no espólio de Leite a superioridade de subsistirem maços de documentos que ele formou

pela sua mão, envolveu em atilhos e etiquetou (mesmo que a etiqueta, por vezes, diga “Coisas sem interesse nenhum”). Parece que Pessoa tinha feito o mesmo aos seus papéis, formando conjuntos cujos envelopes rotulados, mas vazios, Maria Aliete Galhoz ainda viu, depois de terem sido vasculhados em casa da família por gerações de mais ou menos beneméritos editores. Não obstante essa infelicidade, reconhecemos que Pessoa, Leite e alguns mais, deixaram aos investigadores da sua obra chão firme e bem atapetado de documentos, que permitem conhecer não só o que eles escreveram, mas sobretudo reconstituir como escreveram, sendo certo que o conhecimento da génese reverte em benefício da interpretação dos conteúdos. Pior seria se os papéis, em vez de desarrumados, tivessem sido destruídos. Mas pior ainda seria papéis que agora existem virem a ser destruídos antes de terem sido estudados e de poderem dizer ao que vinham.

3.

Leite de Vasconcelos escreveu muito pouco sobre o português do Brasil. Isso é notável, porque o grande filólogo escrevia abundantemente sobre todos os aspectos da língua portuguesa antiga e moderna, distante e próxima, e fazia-o não uma vez, mas reiteradamente sobre o mesmo tópico. Neste caso, porém, como justificou Antenor Nascentes, Leite “carecia de dados” (Nascente 2003, p. 186).¹ De facto, nunca empreendeu uma excursão ao Brasil, o que só por si seria impeditivo de se pronunciar em tom seguro sobre uma situação que não tinha tido oportunidade de observar; o mesmo sucedeu, em escala menor, com as datas relativamente tardias dos seus estudos sobre os Açores e sobre o falar fronteiriço de Barrancos, que só visitou perto do fim da vida.

4.

A primeira vez que Leite de Vasconcelos tratou do português do Brasil foi em 1883, num artigo em duas partes intitulado “Tradições populares e dialecto do Brazil” (Vasconcelos 1883), que começa como extensa resenha a um livro de Sílvio Romero sobre a poesia popular brasileira,² mas termina como descrição linguística, em que Leite usa as recolhas de Romero como fonte para breves informações sobre a língua oral do Brasil, acrescidas de “outras que obtive da boca de brasileiros”.

¹ Cf. também, na mesma colectânea de Nascentes, o artigo “Leite de Vasconcelos e o Brasil”, pp. 742-746.

² *Cantos Populares do Brazil*, colligidos pelo Dr. Sylvio Roméro, com introdução e notas por Theophilo Braga, Lisboa, Nova Livraria Intermacional, 1883, 2 vols.

5.

Depois, com o objectivo de fazer história da ciência, Leite dedica duas páginas e meia da sua monografia *Filologia Portuguesa* (Vasconcelos 1888), a uma relação de obras gramaticais de autores brasileiros, que não passa de mera lista bibliográfica, quase desprovida de análise. Facto notável é, quando em 1929 reeditou a *Filologia Portuguesa*,³ ter Leite deixado intactas e sem actualização as referências dessa lista, elaborada quarenta anos antes. Mesmo que na republicação advirta que as actualizações seriam escassas, há motivo para suspeitar que o estado da língua no Brasil não sobressaía no horizonte das suas prioridades. Nem escreveu muito, nem leu muito sobre o Brasil.

6.

A terceira e praticamente última vez que abordou o tema do português brasileiro foi na sua tese de doutoramento da Sorbonne, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*.⁴ Em estilo seco e rápido, combinando dados acabados de obter por ele mesmo em inquérito com uma erudição arquivista profundíssima, a *Esquisse* organizou do modo mais moderno que era possível conceber há um século o mapa das variedades dialectais portuguesas, acrescido de preciosas notas sobre os crioulos, sobre línguas desaparecidas como as dos judeus portugueses de Londres, Amsterdam e Hamburgo e sobre outras que ainda não estavam consagradas como línguas autónomas, como o galego. Como é natural, hoje, passado mais de um século sobre a sua redacção, a *Esquisse* vê esses valores enriquecidos por mais um: o de documento histórico – não só sobre uma situação linguística entretanto largamente transformada, mas também sobre as fases iniciais dos estudos de Linguística do português, em que foi peça influente. É por esse conjunto de valores que nos habituámos, os que usamos constantemente a *Esquisse*, a tratá-la como quem fala com um tio idoso, sábio, mas que ultimamente tem saído pouco à rua.

³ Nos *Opúsculos*. vol. IV. *Filologia* (parte II), Coimbra, 1929, pp. 839-919.

⁴ Todas as referências à *Esquisse* são apoiadas nesta 1.ª ed. (Paris, Aillaud, 1901). Uma 2ª ed. foi feita por Maria Adelaide Valle Cintra (Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1970, com reimpressão em 1987); Valle Cintra usou não sistematicamente o exemplar pessoal, anotado, de Leite de Vasconcelos, que se encontra na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

7.

Em parte, Leite dá a mesma estrutura ao artigo de 1883 e à *Esquisse*, organizando as suas observações linguísticas nas três secções clássicas: Fonética / Morfologia / Sintaxe. Torna-se assim possível acrescentar o artigo de 1883 à comparação entre os vários testemunhos da génese da *Esquisse*, testemunhos que foram recentemente descobertos. Como esta é a primeira vez que me refiro a essa descoberta, e porque com ela espero ilustrar a proposta de que investigador deve correr para arquivo, enquanto houver arquivo, aceitar-se-á que dedique um minuto preambular ao caso do espólio de Leite de Vasconcelos, que na actualidade não é um espólio, mas dois.

Como o gesto de rasgar ou deitar fora papéis escritos era doloroso para Leite, ao longo de 60 anos a acumulação de verbetes, apontamentos soltos e folhas em vários estádios redaccionais teve como resultado a constituição de um espólio documental imenso, que em testamento repartiu por diversas instituições de Lisboa, decisão pouco prática e sem condições para ser cumprida. Depois de deambularem por vários locais, os papéis de Leite e os livros da sua biblioteca encontram-se hoje alojados em duas instituições de Lisboa, de onde espero que não saiam mais: um espólio mais volumoso acha-se na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, junto ao mosteiro dos Jerónimos, museu que Leite tinha fundado com designação mais etnológica; e um segundo espólio, confiado ao seu discípulo Orlando Ribeiro para servir à publicação de obras póstumas, acha-se na biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, de que Leite e Orlando foram professores. Juntos, os dois espólios ocupam cerca de 350 caixas repletas de papéis densamente escritos e apenas superficialmente catalogados. Tenho explorado ultimamente ambos os espólios, procurando encontrar as linhas de articulação entre dois fundos que são complementares e nunca deveriam ter sido fraccionados. Foi assim que encontrei vários originais que, depois de identificados e postos em diálogo, mostraram formar um quase completo dossier genético da *Esquisse*, de que não havia até hoje o mínimo conhecimento. Das informações que passo a dar, a maior parte provém justamente das peças desse dossier, que só agora começa a ser utilizado e a produzir resultados. São estas as peças, quase todas pertencentes ao Museu Nacional de Arqueologia:

- a) apontamentos avulsos de várias épocas, que continuam por estes dias a aparecer;
- b) o original português da *Esquisse*, truncado de meia centena de fólios iniciais, e fortemente emendado; não se conhecia a existência deste original, havendo a ideia de que Leite escrevera directamente em francês a sua tese;
- c) o original francês, que não se limita a simples tradução daquele pri-

meiro original, pois tem variantes tão substanciais que o promovem à categoria de etapa redaccional superior;

d) as provas tipográficas da edição parisiense, que exibem sobretudo emendas, mas algumas novas variantes (pertencem tanto ao Museu, como à Biblioteca de Letras);

e) o exemplar pessoal de Leite, com *marginalia* e apontamentos intercalados (usado por Maria Adelaide V. Cintra na sua edição).

O que há a esperar da análise comparativa de todo este material não é a modificação do texto da edição parisiense de 1901 (a não ser em gralhas e algumas omissões de maior ou menor importância, que uma edição crítica irá resolver), mas principalmente a revelação do modo como o livro foi construído a partir de materiais que Leite colheu pessoalmente ou recebeu de informantes, como e que alcance tiveram as primeiras redacções e os complementos que lhes foram adicionados, porque teriam sido efectuadas certas supressões (novas fontes? reacção a críticas? antecipação de recepção desfavorável?).

8.

Vamos ver alguns pontos mais relevantes do que Leite de Vasconcelos tinha a dizer sobre a variedade brasileira do português.

a) Na parte introdutória da *Esquisse*, apresenta uma classificação dos dialectos portugueses (que define como “différentiations locales du portugais”, p. 28), em que o “dialecte brésilien” (p. 29) figura como entidade equivalente a cada um dos dialectos do Continente e das ilhas dos Açores e Madeira. Antes de nos surpreendermos com esta desproporção, hoje mais impressiva que então, convém notar que a classificação de Leite era fortemente inclusiva e eurocêntrica: segundo ela, mesmo os crioulos asiáticos e africanos pertenciam ao português “propriamente dito”, de que apenas se destacavam como “co-dialectos” o galego e os dialectos leoneses da fronteira transmontana, os quais em termos modernos não sequer poderiam ser incluídos no domínio linguístico português. Mas Leite não era o único a pensar assim: em termos muito semelhantes se tinha antes pronunciado Adolfo Coelho (1887, p. 135).

b) Em contraste, no capítulo da bibliografia dialectológica (p. 35ss.), rico pela identificação de fontes escritas de interesse para estudos linguísticos de vária natureza, e não só dialectológicos, Leite não poderia ser mais sucinto no que toca ao Brasil: “18. Je passerai aux dialectes d’outremer. – Sur le portugais parlé au Brésil, on peut glaner beaucoup dans toute la littérature brésilienne.” Esta platitude denuncia um problema que não podia deixar de ser constrangedor para Leite de Vasconcelos, linguista de rua,

que gostava de colher pessoalmente os seus materiais: como já referi, ele nunca esteve no Brasil, tinha poucos informantes directos sobre a variação dos usos orais e pouca confiança nas fontes escritas, como deixa perceber em nota que acompanha a afirmação anterior (“Dans notre *littérature de cordel* et dans quelques romans il y a des textes et des dialogues imitant le langage du Brésil, mais cela n’a pas de valeur scientifique”, p. 49, n. 1). Ou seja: as fontes escritas portuguesas não lhe davam confiança para imaginar uma realidade linguística de que não tinha experiência directa. Quanto a fontes brasileiras (p. 72), Leite menciona apenas obras de Sílvio Romero (1888), e José Veríssimo (1887), além de autores secundários como Alexandre Passos e Pires Ferreira. Menciona também dois estudos da sua *Revista Lusitana*, um sobre o Ceará, outro sobre a língua de colonos alemães do sul do Brasil, mas ambos de muito reduzido alcance (Stuart 1890-92, pp. 272-3; Vasconcelos 1900-01, pp. 189-190).⁵ E cita um trabalho de Adolfo Coelho (1880, 1882, 1886), importante sobretudo para a crioulistica, além de algo por Teófilo Braga, *Parnaso Português Moderno*, 1877. Indirectamente, Leite refere ainda um trabalho pioneiro da linguística brasileira, a *Collecção de vocábulos e frases usados em S. Paulo*, de Pereira Coruja,⁶ mas essa referência tinha por objectivo principal um lapso bibliográfico de Adolfo Coelho, e não passava portanto de mais uma das bicadas que os dois gostavam de dirigir um ao outro. Nenhuma referência actualizada a bibliografia brasileira respeitante ao tema de que se ocupava.

c) Vale a pena, por isso, evocar rapidamente aquilo que Leite podia conhecer sobre as circunstâncias brasileiras, para melhor apreciarmos as suas hesitações e cautelas. Antenor Nascentes, no esboço histórico que citei, datado de 1939 (pp. 187-204), distingue três períodos nos estudos filológicos no Brasil:

- no primeiro período, a produção filológica brasileira não se distingue da portuguesa até ao ano de 1835, data do *Compêndio da Gramática da Língua Nacional*, do mencionado António Álvares Pereira Coruja;
- o segundo período, que Nascentes designa de “empírico”, prolonga-se até 1881 e é marcado por uma célebre polémica entre Pinheiro Chagas e José de Alencar, que já resumirei, pois ela condiciona o ambiente em que Leite sabia que os seus escritos iriam penetrar;

⁵ Tanto no manuscrito original, como na ed. da *Esquisse*, Leite indica que este segundo artigo foi publicado no vol. V, quando na realidade saiu em volume de data coincidente com a redacção final da *Esquisse*.

⁶ Na verdade, a obra de Pereira Coruja, que inaugurou no Brasil os estudos dialectológicos, intitula-se *Collecção de vocábulos e frases usados em S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Publicada em 1852 numa revista do Rio, teve 2ª ed. em Londres, 1856.

– o terceiro período inicia-se com a *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), cujos trabalhos, inspirados em modelos da linguística germânica, fariam época, assim como outros que ainda hoje permanecem na estante dos estudiosos; Nascentes destaca os nomes de Manuel Said Ali e Otoniel Mota, únicos autores vivos que não podia deixar fora da sua resenha.

É o segundo destes períodos, e principalmente a polémica Chagas-Alencar, que fornecem o pano de fundo para as propostas de Leite de Vasconcelos (Melo 1972). Pinheiro Chagas, acolitado por críticos oriundos do purismo maranhense, acusou Alencar de “tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português” (Chagas 1867). A resposta de Alencar distribuiu-se por diversos escritos e datas, em todos combatendo os excessos do purismo e negando alguma vez ter promovido o conceito de “língua brasileira”;⁷ para ele, os conceitos válidos eram “língua portuguesa” e “dialecto brasileiro”, obtido através de um processo de “abrasileiramento” da língua portuguesa. Nada que Leite não pudesse subscrever.

d) É na segunda parte da *Esquisse*, “Grammaire sommaire des dialectes portugais”, mais exactamente nos §§92-100 (p. 158-162), que se acham cinco páginas substanciais sobre o português do Brasil. Nelas, Leite ataca dois pontos preliminares, um antropológico e outro linguístico, por onde se vê que estava ciente dos debates que corriam quer no Brasil, quer em Portugal, sobre esses temas.

9.

O primeiro ponto origina-se em uma citação de Sílvio Romero, que fora seu guia inicial pelos temas sul-americanos, mas o modo como o cita contém inflexões que, além de evidente interesse filológico, são indicativas das suas afinidades, como veremos. Para esta passagem, recorro, dispomos de três testemunhos sucessivos, que conferem dimensão genética ao dispositivo: o original português da *Esquisse*, a tradução francesa desse original e a edição parisiense de 1901, feita a partir dessa tradução. Examinemos como Leite nave-

⁷ Designação que, no entanto, circulou entre políticos e legisladores brasileiros no séc. XIX, no rescaldo da independência, como descreve com muito pormenor Ivana Stolze Lima, “Língua nacional, histórias de um velho surrão”, *História Social da Língua Nacional*, org. Lima-Carmo, Rio, Casa de Rui Barbosa, 2008, pp. 215-245. Mas Carlos Alberto Faraco é categórico: “a expressão *língua brasileira* não fez, de fato, história no século XIX” (*História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Parábola, 2016, p. 164). A expressão ressurgiria, com outras tonalidades, após os movimentos modernistas do início do séc. XX, mas essa é outra história, talvez não vislumbrada por Leite. Além de Faraco, encontra-se uma detalhada análise em Barbosa Lima Sobrinho, *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, 2ª ed., Rio, Nova Fronteira, 2000.

gou entre estas três etapas textuais. O original português (fl. 84) declara, indo entre aspas a citação de Romero:

Mas o português nato, o negro da costa, e o índio selvagem “não são brasileiros, e sim estrangeiros. O genuíno nacional é o descendente d’estas tres origens”. (fl. 84)

Com efeito, Sílvio Romero defendia, pelo menos desde *Cantos populares no Brasil* (1882), que Leite tinha recenseado, uma teoria da mestiçagem essencial do povo brasileiro, que alimentaria basta polémica. Nas suas obras abundam afirmações como “Todo o brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias” (*História da literatura brasileira*) ou “o genuíno brasileiro é o mestiço,... o nacional por excelência” (*Folclore brasileiro: cantos populares do Brasil*), além de outras semelhantes que se encontram avulso. Para Romero (1992, p. 132), o fundamento da formação histórica do Brasil encontrava-se na miscigenação das três raças. Da união do europeu com o índio e o africano, saíra o “genuíno brasileiro”, que não se confundia com nenhum dos três componentes.⁸ Foi esta a ideia que Leite elegeu para abrir a sua exposição sobre o português do Brasil, o que poderia ser entendido como substancial concordância. Mas vários incidentes ocorridos durante a escrita da tradução francesa, se não se devem a casualidade, talvez ponham em questão as suas verdadeiras convicções. De facto, se recuarmos à passagem de Romero que Leite cita, concluímos que o fez com bastante liberdade. Encontra-se essa passagem no início de *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, de 1888 (título que Leite, invulgarmente, refere de forma truncada):

Bem se comprehende que nesta inquirição devem ficar fóra do quadro o portuguez nato, o negro da costa e o índio *selvagem*, que existem actualmente no paiz, porque não são *brazileiros* e sim *estrangeiros*. O *genuíno nacional* é o descendente destas origens. (Romero 1888, p. 8)

Verificamos, assim, que são do próprio Sílvio Romero, e não de Leite, como se poderia deduzir da citação não aspada, os termos usados na identificação dos três componentes: o *português nato* (nascido no reino), o *negro da costa* (de África) e o *índio* (autóctone). Isso importa. Igualmente importa que Leite tenha inventado “d’estas tres origens” dentro da citação aspada, onde Romero tinha escrito “destas origens”. Na segunda fase da escrita, a tradução francesa, feita pelo próprio Leite com ajuda de algumas revisões em caligrafia tipicamente gálica, a passagem em apreço exhibe emendas do punho de Leite:

⁸ Cf. Schneider, 2011.

Mais le p[P]ortugais ¹nat ²né ³[proprement dit] et le Nègre de la côte: §” não são b[B]rasileiros, e sim estrangeiros. O genuino nacional é o descendente d’estas tres origens”. (fl. 131 do manuscrito original)

Detalhando, vemos miudezas como a passagem a maiúscula dos gentílicos *Português* e *Brasileiros*, ou a separação por parágrafo da citação de Romero (reforçando a impressão errada de que o texto que precede essas aspas não é de Romero). Mas principalmente assistimos a uma dificuldade séria na tradução de *português nato*, que Leite começa por verter para *Portugais nat*. Pode ser que, num primeiro momento, tenha pensado traduzir directamente *nato* para um inexistente *nat*, mas também é possível que se trate da inicial truncada de *nat(urel)*, com substituição imediata por *né* e logo a seguir por um difuso *proprement dit*. Várias formas de dizer o mesmo: só o português nascido em Portugal é propriamente dito natural (ou genuíno), do mesmo modo que o africano genuíno é aquele nascido na costa de África, o que, segundo as ideias de Sílvio Romero, reservaria ao mestiço a condição de genuíno brasileiro, deixando o índio no limbo dos prematuramente nascidos. Também é possível que Leite pensasse em traduzir *nato* por *nat(ional)*, disso desistindo porque tal adjectivo figurava na citação de Romero que se preparava para incluir. Apetece nesse caso perguntar se o desaparecimento do adjectivo *nacional*, ocorrido depois entre a tradução francesa e a edição, teria sido lapso inocente. Veja-se o que foi efectivamente publicado:

Mais le Portugais proprement dit et le Nègre de la côte “não são Brasileiros, e sim estrangeiros. O genuino é o descendente d’estas tres origens”.
(p. 158 da 1.^a ed.)

Entre o manuscrito do original francês e a edição houve abundantes intervenções autorais, documentadas nas provas tipográficas que Leite guardava para tomar notas ou para capilha dos seus maços de papéis, e que hoje são uma das riquezas do seu arquivo. Mas neste caso não vemos uma tentativa de aperfeiçoamento textual e sim a crua omissão de *nacional* no sintagma *genuino nacional*, onde o elemento truncado era substantivo, sendo *genuino* um adjectivo recorrente no contexto romeriano.

Esta omissão não é singular. Outra tinha já ocorrido na fase de tradução, em que Leite retirou *indio selvagem* da trilogia “português, africano e índio”. Com esta saída surpreendente, perdeu-se a referência a uma das três origens de Romero e a passagem, tal como Leite a finalizou (com a adição do numeral *três*), ficou incompreensível.

Está aqui matéria fácil de corrigir no quadro da edição crítica que a *Esquisse*, com a sua génese agora robustamente documentada, irá receber. Mas entretanto um comentário deve ficar consignado face a esta elevada concentração de incidentes textuais ocorridos em duas exíguas linhas de texto,

todos atribuíveis, ao que parece, a pouco atentas e ponderadas redacção, tradução e impressão desta passagem da obra, pelo menos. O caso contraria tudo o que sabemos da personalidade e dos métodos rigorosos de trabalho de Leite de Vasconcelos. Como o trabalho com documentos de espólio implica que alguma atenção seja concedida a aspectos biográficos e comportamentais, essa contradição tem de ser avaliada dentro dum quadro mais abundante de ocorrências. De momento, apenas são de admitir duas possibilidades interpretativas. Se, durante a análise dos materiais críticos da *Esquisse*, for revelado que as imprecisões aqui notadas se repetem endemicamente por todo o texto, teremos nelas um forte caracterizador de condições precárias em que Leite teria ultimado a sua tese doutoral (num curto prazo de 1900-1901, residindo em Paris, longe do seu ambiente de trabalho, Leite redigiu o texto português a partir de materiais avulsos ou publicados, produziu a versão francesa como misto de tradução muito incrementada de nova redacção e acompanhou a impressão do livro, com revisão de provas entrelaçada de retoques redaccionais). Se, ao invés, os problemas verificados no tratamento da matéria brasileira se revelarem isolados, e não replicados em outras partes do livro, talvez seja de concluir que esses problemas se relacionem com eventual falta de domínio do tema, e mesmo de simpatia por ele, o que não será menos caracterizador do pensamento de Leite de Vasconcelos.

10.

Este foi o ponto de entrada antropológico que, como se vê, Leite teve certa dificuldade em navegar. Menos problemático foi o outro ponto preliminar, em que defende a sua opção de designar como *dialecto* o português do Brasil. As versões sucessivas portuguesa e francesa são estas:

93. A lingua nacional do Brasil é o português, que, transportado para meio tão diverso do da sua séde originaria, experimentou lá bastantes modificações. Tem sido muito ventilada por certos escriptores brasileiros a questão de saber se o português do Brasil constitue *dialecto* ou não. Se eu chamo *dialecto*, p. ex. ao português de Tras-os-Montes, com mais razão o devo chamar ao do Brasil. (fl. 84)

93. La langue nationale du Brésil est le portugais, qui, transporté dans un milieu si différent de celui de son origine, y a éprouvé beaucoup de modifications. Les écrivains brésiliens ont beaucoup discuté[au point de vue patriotique,] si le portugais du Brésil est ou non un dialecte. Si j'appelle *dialecte*, par exemple, le portugais de Tras-os-Montes, à plus forte raison je dois donner ce nom au portugais du Brésil, ou *brésilien*. (fl. 131)

Não há diferenças entre a versão francesa e a edição que a seguiu. Antes dis-

so, destaca-se a adição do inciso “au point de vue patriotique”, ausente no original português e que visa justificar como nacionalista o debate brasileiro sobre o estatuto da língua, debate em que Leite tem partido claramente tomado: no Brasil, a língua é o *português*; à variedade regional, chama *dialecto brasileiro*. Não lhe escapa, contudo, que esse dialecto possui subdivisões regionais: “Le Brésil, à cause de son extension et de la variété des races qui le peuplent, nous offre des différences dialectales” (p. 161). É a essa diversidade interna que dedica a parte final da descrição (§§98-100), em que retoma, de modo muito selectivo, as informações que já usara no artigo de 1883, e algumas mais. Já anteriormente, na *Filologia Portuguesa* de 1888, consignara posição na matéria, que permaneceria inalterada:

os estudos filológicos são estimados no Brasil, e até já se tem discutido com calor na imprensa do Império a questão nacional de se saber se lá existe um dialecto português ou não, – existência porém que a mim me parece fora de dúvida. (Vasconcelos 1929 [1888], p. 893)

11.

Nas secções de técnica linguística, dedicadas às particularidades da “diferenciação” brasileira na fonética, morfologia e sintaxe, o confronto entre o artigo de 1883 e a *Esquisse* pode resumir-se assim: a abundância e variedade de fenómenos característicos que tinham sido coligidos no artigo, com dívida expressa às poucas fontes de Leite, que as usou de modo bastante acrítico, aparecem substituídas, na *Esquisse*, por uma enumeração seca de factos muito severamente escolhidos. Sente-se que Leite não confiava demasiado na escassa bibliografia ao seu dispor e preferia cingir-se a poucos, mas representativos, fenómenos como a posição dos pronomes clíticos, o uso de pronomes sujeito em função acusativa (*chamar eles*), certas marcas do vocalismo átono e do consonantismo, a abundância de diminutivos, a prosódia arrastada. Resulta daqui que a imagem que a *Esquisse* oferece do dialecto brasileiro é magra de elementos, mas bastante certa naqueles que distingue. Pode mesmo dizer-se que todos continuam na ementa das discussões da linguística actual.

Deles, apresento apenas um caso, que ilustra bastante bem a evolução que o texto da *Esquisse* foi sofrendo ao longo dos seus patamares genéticos. Sobre a prosódia brasileira, o artigo de 1883 nada dizia e o original português da *Esquisse* pouco acrescentava. Neste original, ao final do parágrafo de fonética, quando já tinha avançado com a escrita para matérias seguintes, Leite enfiou entre linhas uma anódina anotação, aqui marcada por parênteses rectos:

...senhora. [O sotaque distingue logo o Brasileiro do Português.] (fl. 85)

Na tradução francesa, essa inclusão foi trocada por uma mais extensa caracterização, que no entanto iria desaparecer na edição, como se pode apreciar nas duas transcrições que seguem:

... senhora. L'accent de la voix distingue aussi les Brésiliens des Portugais; les Brésiliens parlent un peu lentement. Il me semble qu'il y a quelque chose de semblable ~~dans~~ [chez] les ~~Nord~~-Américains quand ils parlent ~~leur~~ l'anglais.
(fl. 132)

... senhora. La prononciation brésilienne, comparée à la nôtre, a quelque chose de trainant.
(p. 160)

Por aqui se avalia a função da versão francesa da *Esquisse* como um original de pleno direito, e não simples tradução. No original português, Leite não se explicava sobre as características prosódicas do brasileiro, o que irá fazer por duas vezes, e com resultados marcadamente diversos, nas redacções seguintes: no original francês, chama a atenção para diferenças de ritmo, sendo o brasileiro mais lento, e esboça uma comparação impressionista com a pronúncia do inglês americano, não se sabe com que bases. Logo, na transição daí para a edição, abandona essa caracterização e fixa-se num aspecto único: a pronúncia brasileira é mais *trainante* que a portuguesa, mais arrastada, pausada. Curiosamente, tinha sido em termos muito semelhantes que, em 1826, o visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, colocara a questão:

cette langue, transportée au Brésil, se ressent de la douceur du climat et du caractère de ses habitants; elle a gagné pour l'emploi et pour les expressions des sentiments tendres, et, tout en conservant son energie, elle a plus d'amenité. (Barros 1826)

Como este texto de Pedra Branca passou despercebido na sua época e só foi divulgado por João Ribeiro a partir de 1920 (Cunha 1987, pp. 25-26), somos levados a pensar que Leite foi mais influenciado, na sua comparação rítmica, por um lugar comum no discurso dos filólogos contemporâneos do que pela leitura de Pedra Branca. Não sendo de excluir, no entanto, que Leite tenha conhecido directamente o atlas de Balbi, e portanto o texto de Pedra Branca, durante os seus estudos parisienses.⁹

A apresentação dos materiais de interesse genético para a edição crítica da *Esquisse*, que aqui foi esboçada, teve dois efeitos principais: evidenciou a importância dos arquivos modernos não só como repositórios de espólios li-

⁹ Na *Esquisse*, p. 66, cita uma outra obra de Balbi, o *Essai Statistique sur le royaume de Portugal*, Paris, 1822.

terários, mas também de correspondências e materiais pré-textuais, para a reconstituição dos processos de escrita do texto científico e das mentalidades envolventes; e, por outro lado, evidenciou a falta de centralidade que Leite de Vasconcelos concedia ao português brasileiro no quadro geral das suas opiniões, convicções, certezas e dúvidas sobre a língua portuguesa.¹⁰

12.

Retomo o tema dos arquivos de documentação escrita, a título conclusivo. Na prática comunicativa, o texto escrito sempre mandou mais que o texto oral, por vários motivos: é mais difícil e dispendioso de produzir (a oralidade aprende-se com os pais e os iguais, mas a escrita exige estudo, materiais e técnicas); o seu corpo físico pode ser replicado em cópias infinitas; essas cópias podem ser transportadas a outros locais e resguardadas em locais de armazenamento; desse modo, podem vencer tanto as limitações espaciais, pois o texto torna-se ubíquo, como as limitações temporais, pois em boas condições o texto pode durar muito. É esse armazenamento em boas condições que nos preocupa, de cada vez que nos chega a notícia de mais uma biblioteca ou arquivo destruídos por fogo, terremoto ou homem. Será que o texto virtual, com as suas qualidades de desmaterialização, difusão e manejo fácil, tem resposta a esses receios? Já percebemos que, no que toca à inviolabilidade do canal comunicativo e à fiabilidade autoral, pelo menos, a geração de textos que sucedeu à galáxia de Gutenberg constitui um retrocesso civilizacional. Faremos bem em temer o futuro.

Como bem faremos em seguir algumas medidas de profilaxia textual. Algumas cautelas são óbvias: se os livros do Museu Nacional do Rio de Janeiro se encontrassem no edifício principal da quinta da Boa Vista, teriam desaparecido com as riquezas naturalistas. Não só a dispersão arquitectónica limita a extensão das catástrofes, mas também a preferência por locais de armazenamento pequenos para isso contribui. Não pensava assim Victor Hugo quando legou os seus manuscritos à Biblioteca Nacional de Paris, que vaticinou seria um dia a grande biblioteca dos Estados Unidos da Europa; nem Miguel Ángel Asturias quando teve o mesmo gesto para com a mesma casa. Eu próprio, depois de ter acreditado na virtude de se concentrar em grandes bibliotecas nacionais o maior número possível de colecções documentais,¹¹

¹⁰ Depois da *Esquisse* (1901), pouco mais se ocupou Leite do português do Brasil. Nos *Opúsculos IV*, reeditou *Filologia Portuguesa* sem alterações em 1929. No espólio do Museu Nacional de Arqueologia, dois maços modestos contêm apontamentos avulsos de pronúncia ouvida a brasileiros em 1909, recortes de jornais brasileiros sobre matéria linguística (sobretudo normativa) e uma lista de autores brasileiros com quem tinha relações em 1919. Tudo pouco informativo.

¹¹ De que o melhor exemplo em Portugal se acha na centena e meia de espólios literários que formam o Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional. Sobre este arquivo e seus anteceden-

com a experiência tenho-me vindo a convencer de que em unidades documentais de menor dimensão o pesquisador se movimenta mais produtivamente. As minhas predilecções dividem-se hoje entre os dois arquivos por que se repartem os papéis de Leite de Vasconcelos: o do Museu Nacional de Arqueologia e o da biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, que tenho ajudado a montar (Castro 2019).

Outro aspecto: o incêndio do Museu da Língua Portuguesa de São Paulo, em 2015, não provocou o mesmo tipo de mágoa que sentimos perante o desastre do Rio. E isso por boas razões: em São Paulo, o museu não guardava pedaços de história, mas imagens e registos virtuais de documentos, o que o torna recuperável. A reprodução por meios electrónicos dos suportes documentais (livros, documentos, imagens) permite, por um lado, retirar os originais da consulta pública e resguardá-los em *bunkers* mais seguros que os nossos edifícios de trabalho e, por outro lado, permite que a leitura e análise dessas reproduções, dissociadas da presença dos documentos reais, mas enriquecidas por descrições físicas e mecânicas da sua produção, sejam mais inquiridoras e invasivas, logo mais eficazes.

Será isto possível de fazer em larga escala? E virá a tempo?

Voa o que é dito de voz, como dizia o sábio romano. E o que se escreve não permanece para sempre, mesmo que a caneta seja de tinta permanente. Para coisas tão permanentes que pareçam eternas, teremos de procurar outras realidades: por exemplo, árvores milenares ou linhas de montanhas que definem a paisagem. Mas já não serve para isso a linha do litoral, que separa a terra do mar, agora aqui, e depois ali. Nem talvez as catedrais; presentindo Notre Dame quando inaugurava há meses um novo vitral dedicado à rainha na Abadia de Westminster, o pintor inglês David Hockney recusou a ideia de ter erguido um legado para os tempos. Tudo isto, disse, mais tarde ou mais cedo se converte em poeira.¹² Até as abadias.

Nota biográfica: Ivo Castro (n. 1945). Professor Emérito da Universidade de Lisboa. Doutor em Linguística Portuguesa pela mesma universidade, onde ensinou linguística histórica do português e crítica textual. Dirige as edições críticas de Fernando Pessoa e Camilo Castelo Branco, publicadas pela Imprensa Nacional, de Lisboa. Publicações recentes: J. Leite de Vasconcelos, *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos*, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2017 (ed. online: <http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/dra/index.php?action=home>); *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional, 2017; *A Fénix Renascida*, ed.

tes, cf. *Leituras*, nº 5 (*Arquivística Literária e Crítica Textual*), Biblioteca Nacional, 1999; *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*, org. Luiz Fagundes Duarte, António Braz de Oliveira, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2007.

¹² “Everything turns to dust eventually. Even Westminster Abbey will”. D. Hockney, 2018.

crítica, Lisboa, Gulbenkian, 2017; *O Legado de Leite de Vasconcelos na Universidade de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2019.

E-mail: ivo.castro@letras.ulisboa.pt

Referências Bibliográficas

- Arquivística Literária e Crítica Textual, Leituras*, n.º 5, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999.
- Barros D.B. de 1826, *Introduction à l'Atlas ethnographique du Globe*, de Adrien Balbi, Paris.
- Castro I. 2019 *O Legado de Leite de Vasconcelos na Universidade de Lisboa*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Chagas M.P. 1867, *Novos Ensaios Críticos*, Porto.
- Coelho A. 1880, “Os dialectos romanicos ou neo-latinos na África, Ásia e América”, art. I, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 2.ª série, n.º 3 (1880), pp. 129-196; art. II, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3.ª série, n.º 8 (1882), pp. 451-478; art. III, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 6.ª série, n.º 1 (1886), pp. 705-755.
- Coelho A. 1887, *A Língua Portuguesa. Noções de Glottologia Geral e Especial Portuguesa*, 2.ª ed., Porto.
- Coruja A.Á.P. 1852, *Collecção de vocábulos e frases usados em S. Pedro do Rio Grande do Sul*, Rio (2.ª ed. Londres, 1856).
- Cunha C. 1987, *O que é um brasileiro?*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- Duarte L.F. e Oliveira A.B. de 2007, *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.
- Faraco C.A. 2016, *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, Parábola, São Paulo.
- Head B.F. 1994, *O dialecto brasileiro segundo Leite de Vasconcellos*, in *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística/Ed. Colibri, pp. 295-315.
- Lima I.S. 2008, *Língua nacional, histórias de um velho surrão*, in Lima I.S. e Carmo L. do (orgs.), *História Social da Língua Nacional*, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, pp. 215-245.
- Lima Sobrinho B. 2000, *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, 2.ª ed., Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- Melo G.C. de 1972, *Alencar e a «Língua Brasileira»*, 3.ª ed., Rio de Janeiro.
- Nascentes A. 2003, *Estudos Filológicos*, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.
- Romero S. 1883, *Cantos Populares do Brazil*, colligidos pelo dr. Sylvio Roméro, com introdução e notas por Theophilo Braga, 2 vols., Nova Livraria Internacional, Lisboa.
- Romero S. 1888, *Estudos sobre a poesia popular do Brazil*, Laemmert, Rio de Janeiro.
- Romero S. 1992, *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*, Unicamp, Campinas.
- Schneider A.L. 2011, *O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX*, in *Viagens, Viajantes e Deslocamentos. Projeto História* n.º 42.
- Studart G. 1890-92, *Notas sobre a linguagem e costumes do Ceará*, in “Revista Lusitana”, II, pp. 272-3.
- Vasconcelos J.L. de 1883, *Tradições populares e dialecto do Brazil*, in “Revista de Estudos Livres”, vol. I, pp. 408-417 e pp. 459-473; separata *Dialecto brasileiro*, Porto.
- Vasconcelos J.L. de 1888, *A Filologia Portuguesa. Esboço Histórico (a propósito da reforma do Curso Superior de Letras de Lisboa)*, Imprensa Nacional, Lisboa (2.ª ed., 1929, *Opúsculos*. IV. *Filologia* (parte II), Coimbra, pp. 839-919).
- Vasconcelos J.L. de 1900-01, *Portuguesismos introduzidos no alemão falado no Brasil*, in “Revista Lusitana”, VI, pp. 189-190.
- Vasconcelos J.L. de 1901, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, Aillaud, Paris (2.ª ed., 1970), Maria Adelaide Valle Cintra, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa).